

GASTRONOMIA, MATRILINEARIDADE E MEMÓRIA: A COZINHA ESCOLA DOS ARTUROS COMO ESPAÇO DE SABER ANCESTRAL

GASTRONOMY, MATRILINEALITY, AND MEMORY: THE ARTUROS CULINARY SCHOOL AS A SPACE OF ANCESTRAL KNOWLEDGE

Silvani dos Santos Valentim¹

Gabrielle Lorrane Vaz Henrique²

Resumo: O presente estudo analisa a Comunidade Quilombola dos Arturos, em Contagem/MG, destacando a centralidade da matrilinearidade e o protagonismo feminino na preservação de saberes ancestrais e práticas culturais afro-brasileiras. A partir de fontes documentais, relatos orais e do Projeto Cozinha Escola Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo, observa-se que as mulheres desempenham papel fundamental na transmissão de conhecimentos culinários, na manutenção das tradições religiosas e na construção da memória coletiva. A pesquisa evidencia que a oralidade e a liderança feminina estruturam a organização social e cultural da comunidade, garantindo a continuidade de práticas históricas que resistem às desigualdades impostas pelo racismo estrutural. Além disso, o estudo dialoga com perspectivas afrocentradas e decoloniais, considerando a matrilinearidade como eixo de fortalecimento da identidade, autonomia e resistência das mulheres negras, demonstrando como a gastronomia e outras práticas culturais se constituem em espaços de formação, pertencimento e valorização da africanidade nos contextos afro-diaspóricos.

Palavras-chave: Congado. Matrilinearidade. Mulheres negras. Processos Formativos. Saberes ancestrais.

Abstract: This study analyzes the Quilombola Community of Arturos in Contagem/MG, highlighting the centrality of matrilineality and female protagonism in the preservation of ancestral knowledge and Afro-Brazilian cultural practices. Based on documentary sources, oral histories, and the *Gastronomic Kitchen School Project: Knowledge and Memories of the Quilombo*, it is observed that women play a fundamental role in transmitting culinary knowledge, maintaining religious traditions, and building collective memory. The research highlights that orality and female leadership structure the community's social and cultural organization, ensuring the continuity of historical practices that resist inequalities imposed by structural racism. Furthermore, the study engages with Afrocentric and decolonial perspectives, considering matrilineality as a pillar for strengthening the identity, autonomy, and resistance of Black women, demonstrating how gastronomy and other cultural practices constitute spaces of learning, belonging, and the valorization of Africanness in Afro-diasporic contexts.

Keywords: Ancestral knowledge. Black women. Formative Processes. Congado. Matrilineality.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Educação – Temple University, USA; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); E-mail: eresilvani@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5798-2477>.

2 Mestra em Educação Tecnológica – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); E-mail: gabriellevh@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5610-2722>.

1. Território, Memória e Matrilinearidade: fundamentos da pesquisa

O presente artigo toma como referência a Comunidade Quilombola dos Arturos, com foco no protagonismo das mestras do saber na manutenção das tradições locais, especialmente no que tange à produção de alimentos. Embora a alimentação permeie todas as manifestações culturais do quilombo, o *locus* primordial dessa prática reside nas mulheres. Esse conhecimento é transmitido entre as gerações femininas; todavia, nota-se uma persistente invisibilidade da matrilinearidade nos espaços de educação formal, bem como o silenciamento das tecnologias culinárias negras pelo racismo estrutural.

Diante desse cenário, o problema que orienta esta pesquisa consiste em compreender: de que modo a matrilinearidade e o protagonismo feminino estruturam a organização social, simbólica e educativa da Comunidade dos Arturos, especialmente a partir das práticas gastronômicas tradicionais? Parte-se da hipótese de que a culinária, longe de se construir apenas como prática doméstica, configura-se como um eixo estruturante de transmissão de saberes ancestrais construídos e ressignificados ao longo dos mais de 140 anos de formação da comunidade.

Logo, pode-se elencar como objetivo geral do artigo analisar como as mestras do saber atuam na preservação e recriação das tradições quilombolas, tomando como eixo o Projeto *Cozinha Escola Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo* (2025). Como objetivos específicos, busca-se discutir o conceito de matrilinearidade a partir de referenciais afrocentrados, bem como evidenciar a centralidade feminina na organização cultural dos Arturos, além de compreender a cozinha como espaço de aprendizagem situada e resistência epistêmica e, desse modo, contribuir para o debate sobre tecnologias negras e patrimônios imateriais em contextos afro-diaspóricos.

A relevância deste estudo reside na lacuna ainda existente na produção acadêmica acerca da matrilinearidade em comunidades quilombolas brasileiras, sobretudo no que se refere às práticas culinárias como tecnologias ancestrais e processos educativos. Mesmo observando que a presença feminina como referência é comum nos quilombos, o tema ainda pode ser mais evidenciado. Embora haja estudos consolidados sobre patrimônio cultural e organização social em quilombos, observa-se que a liderança feminina e os processos formativos conduzidos pelas mulheres permanecem sub-representados nas análises. Assim, este artigo contribui para o campo

das concepções de epistemologias negras, gênero e processos educativos a partir de uma comunidade tradicional³.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na articulação entre pesquisa documental, observação participante e análise de relatos orais. O percurso metodológico partiu do acompanhamento do Projeto *Cozinha Escola Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo*, desenvolvido pela própria comunidade em 2025. Durante esse processo, realizou-se observação participante nas oficinas e encontros formativos, o que possibilitou compreender, *in loco*, as dinâmicas de transmissão dos saberes culinários e a centralidade das mestras na condução das atividades.

Além da vivência direta no projeto, procedeu-se à leitura e análise do documento original elaborado pela comunidade, bem como dos Dossiês de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial (2014) e de Revalidação (2024). Ressalta-se que uma das autoras participaram diretamente do processo de revalidação do registro, atuando na realização de entrevistas com membros da comunidade e na elaboração do relatório técnico. Essa inserção permitiu acesso às narrativas internas, nas quais a presença da matrilinearidade emergiu de forma recorrente nos relatos comunitários.

O *corpus* da pesquisa também incluiu teses, dissertações e estudos acadêmicos sobre esta comunidade e outras comunidades quilombolas, utilizados como suporte para a análise histórica e antropológica das práticas culturais. Entretanto, é fundamental destacar que a oralidade, neste estudo, não é tratada apenas como fonte, mas como método. Em consonância com Paul Zumthor (2007), a memória, na tradição oral, seja em estado de pura oralidade ou vertida para o texto escrito, constitui palavra viva, cuja coerência se ancora na voz e na performance. Para Zumthor (2007), a escrita representa um grau quase zero de performance, segundo a concepção dos estudos das poéticas da oralidade, traduzindo-a para o olhar e devolvendo-a transformada pela corporalidade e pela tradição do indivíduo. Assim, compreender os relatos das mestras implica reconhecer que a memória não está apenas no conteúdo narrado, mas nas particularidades da fala, nos ritmos, nas pausas e nas formas de enunciação.

Nos Arturos, o território representa a continuidade da memória ancestral e sustenta práticas culturais que reafirmam a identidade quilombola. O

3 Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, reconhece-se que seus sistemas alimentares estão intrinsecamente vinculados ao território, à identidade e à memória coletiva, demandando políticas públicas que respeitem suas especificidades culturais e o direito humano à alimentação adequada (Brasil, 2024).

segundo eixo teórico-metodológico fundamenta-se nos estudos da memória social, entendida como um processo coletivo de elaboração identitária e de transmissão intergeracional de saberes, conforme Maurice Halbwachs (2006). Contudo, como alerta Michael Pollak (1989; 1992), a memória também é um campo de disputa, sendo lembrada ou silenciada conforme intencionalidades políticas e sociais. Nesse sentido, a história afro-brasileira passou por processos sistemáticos de apagamento, atravessados pelo racismo estrutural.

A própria política patrimonial brasileira evidencia tais disputas. Como aponta Gilberto Velho (2006), os primeiros bens tombados no Brasil privilegiaram o patrimônio arquitetônico colonial, sendo apenas no final do século XX que patrimônios afro-brasileiros passaram a ser reconhecidos oficialmente, a exemplo do tombamento do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, em 1984. Esse contexto reforça a importância de compreender a memória quilombola como memória viva de resistência.

Por fim, o percurso investigativo aqui apresentado dialoga com a concepção metodológica utilizada por Maria Beatriz Nascimento. Conforme evidencia Raquel Barreto (2020), ao analisar os métodos de pesquisa da historiadora⁴, Beatriz Nascimento partia da busca por localidades mineiras cujas denominações preservavam referências a antigos quilombos, articulando fontes históricas, territorialidade e memória social. Guardadas as especificidades da Comunidade Quilombola dos Arturos, esta pesquisa aproxima-se dessa perspectiva ao compreender o território como arquivo vivo e a oralidade como princípio metodológico. Assim, ao evidenciar a matrilinearidade como eixo estruturante da organização social, simbólica e educativa dos Arturos, o artigo reafirma o quilombo não como vestígio do passado, mas como projeto contínuo de existência negra, sustentado pela memória, pela ancestralidade e pela ação formativa das mulheres.

2. A Comunidade dos Arturos

Com base no Dossiê de Registro de Patrimônio Cultural do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG, 2014; 2024), a história da Comunidade Quilombola dos Arturos tem início com Felisbina Rita Cândida, considerada a principal referência da ancestralidade africana do grupo. Felisbina foi mãe de Arthur Camilo Silvério,

4 Conceito cunhado por Jean Lave e Etienne Wenger de que o aprendizado ocorre por meio da participação nas práticas sociais de uma comunidade. Ressalta-se que a aprendizagem é construída no cotidiano. Sendo assim, esses grupos se dedicam a aprofundar seu conhecimento e habilidade na área de interesse através de interações contínuas. (Rodrigues; Duarte; Miskulin, 2017).

figura central na formação da comunidade. Seu companheiro, Camillo Silvério, pai de Arthur e de Josina Januária da Silva, por sua vez filho de Maria Silvéria, teria conquistado sua liberdade entre os anos de 1840 e 1893, período ainda marcado pela escravidão no Brasil.

Após seu casamento com Felisbina, em 2 de novembro de 1888, Camillo adquiriu uma área de seis hectares no município de Contagem/MG⁵, território que se tornaria o núcleo fundacional da atual comunidade e permanece sob posse de seus descendentes até hoje. Segundo relato oral de Josina Januária, filha de Felisbina e Camillo, a ancestralidade da família remonta diretamente à diáspora africana: *Eram da África. Os dois tinham a mesma língua. O nome da minha avó era Maria Conga de Jesus. Meu avô chamava-se Filipe. Minha mãe chamava-se Felisbina Maria de Jesus.*⁶

Essa rememoração oral dialoga com a discussão de Lélia Gonzalez (2020) acerca da linguagem afro-brasileira, que evidencia como a fala no Brasil, historicamente marcada por ritmos, musicalidades e estruturas enunciativas de matriz africana, expressa uma africanidade linguística que ultrapassa os padrões do português lusitano. A autora destaca a noção de pretuguês (português africanizado), constituído sobretudo pelas experiências e práticas linguísticas das mulheres negras, reconhecendo mães, tias e outras figuras femininas como referências fundamentais na transmissão cultural e na formação da cultura negra brasileira.

A terra adquirida por Camillo foi deixada como herança a seus filhos, entre eles: Arthur Camilo Silvério, José Maria de Oliveira, José Pedro Camilo, Maria Vieira Mendes, Maria Joaquina Félix, Josina Januária da Silva e Izabel Cândida. Contudo, Arthur só passou a viver efetivamente no território herdado por volta da década de 1940. Embora tenha nascido legalmente livre, sua infância e juventude foram marcadas pelas continuidades do sistema escravocrata. Durante muitos anos, viveu sob os cuidados de seus *padrinhos*. Em muitos casos, esse termo era utilizado, à época, para designar antigos senhores de pessoas escravizadas que assumiam o papel de tutores de crianças negras, perpetuando relações assimétricas de poder e dependência mesmo após a abolição.

5 O afrocristianismo é entendido como uma forma de construção crítica do conhecimento, uma conscientização da necessidade de valorizar todas as experiências africanas, resistindo a uma imposição cultural e a interpretações não africanas destas. Aqueles que buscam conhecer essas experiências e estabelecer conexões a partir delas têm seus ancestrais oriundos da África para diversas partes do mundo. (Oliveira, 2018, p. 333).

6 As Congadas, Congados ou Reinados são festividades de cunho ritualístico religioso e cultural, que se consolidaram na América Portuguesa, no período colonial-escravocrata. A manifestação cultural está relacionada à fé em Nossa Senhora do Rosário, caracterizada pela coroação de reis e rainhas e pelo uso de instrumentos tradicionais, como o tambor, com fortes raízes africanas (Noronha, 2017).

Foi nesse contexto histórico e familiar que, a partir do final do século XIX, consolidou-se, no município de Contagem, a Comunidade Quilombola dos Arturos. Arthur Camilo Silvério casou-se inicialmente com uma mulher cujo nome não foi identificado neste registro, mas, após um ano de viuvez, uniu-se em matrimônio religioso, em 1912, com Carmelinda Maria da Silva, irmã de sua primeira esposa, o que era uma prática relativamente comum na época. Com Carmelinda, Arthur teve dez filhos e deu continuidade à tradição cultural de seus antepassados.

Ao longo das décadas, Arthur destacou-se como importante liderança religiosa e cultural, mantendo-se ativo nas festas do Rosário, no Candombe, na Festa de João do Mato, no batuque, na Folia de Reis e em outras expressões tradicionais afro-brasileiras. Essas práticas foram transmitidas às gerações seguintes e compõem, até hoje, a identidade coletiva da comunidade.

A gastronomia tradicional constitui um importante patrimônio imaterial das comunidades tradicionais, representando práticas culturais que atravessam gerações e que estão profundamente enraizadas na relação entre território, memória, natureza e identidade coletiva. No contexto da Comunidade Quilombola dos Arturos, localizada no bairro Jardim Vera Cruz II, no município de Contagem/MG, a culinária assume papel central na preservação da história e dos modos de vida desse grupo étnico-racial, diante dos desafios impostos pelo racismo estrutural, pela insegurança alimentar e pelos impactos da globalização dos hábitos alimentares. Nesse contexto, a identidade gastronômica nos quilombos constitui-se a partir de uma simbologia própria, vinculada às matrizes de ancestralidade africana, expressando-se desde os modos de plantio e cultivo dos alimentos até as formas de preparo e consumo, frequentemente marcadas por práticas de comensalidade comunitária (Souza; Ribeiro, 2023). Com forte senso de pertencimento, a comunidade preserva também uma culinária específica e saberes ancestrais que atravessam o cotidiano.



Figura 1: Familiares de Arthur Camilo, em frente a Casa Paterna. Fonte: Dossiê Tombamento do IEPHA

3. Soberania Alimentar nos quilombos

Na Comunidade Quilombola dos Arturos, o movimento de construção da soberania alimentar vem sendo consolidado ao longo dos anos por meio da organização coletiva e da valorização dos saberes agrícolas tradicionais. A horta comunitária tornou-se elemento estruturante desse processo, constituindo inicialmente a base da produção de alimentos utilizados nas celebrações religiosas e festividades culturais, expandindo-se posteriormente para o consumo cotidiano e para a comercialização.



Figura 2: Mestre Bengala e criança da Comunidade participando da tradicional Festa do João no Mato no momento de plantação de mudas. 13/12/2025. Fotos: Luci Sallum/PMC

Esse percurso ganhou reconhecimento institucional quando, pela primeira vez no município de Contagem/MG, agricultores familiares urbanos quilombolas receberam o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Antônio Eustáquio da Silva e Neuza Maria dos Santos Silva, lideranças da Comunidade Quilombola dos Arturos, foram reconhecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), resultado de um trabalho desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Contagem/MG desde 2022, inicialmente voltado à recuperação das nascentes do território e, posteriormente, à implantação do cultivo de hortaliças (Prefeitura de Contagem, 2024). O reconhecimento institucional não apenas legitima a produção agrícola quilombola, mas também evidencia a culinária e o cultivo como estratégias de fortalecimento econômico e de permanência territorial.

A ampliação dessas práticas também se expressa na inserção da comunidade em circuitos mais amplos de comercialização. Em 2025, a participação no projeto Caminhos da Inclusão abriu espaço para que grupos prioritários comercializassem seus alimentos, ampliando a visibilidade da produção quilombola e fortalecendo sua presença econômica sem descaracterizar suas especificidades culturais. Como desdobramento desse processo, a Comunidade Quilombola dos Arturos iniciou a comercialização de seus produtos na Central de Abastecimento Sociedade Anônima de Minas Gerais (CEASA/MG), evidenciando a expansão das práticas produtivas para novos polos de circulação alimentar (Ceasamg, 2024).

Dessa forma, a culinária quilombola revela-se como prática política que articula memória, território, economia e identidade. A instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em 2007, representa um avanço ao reconhecer esses grupos como sujeitos de direitos, portadores de identidades específicas, formas próprias de organização social e relações singulares com o território e os recursos naturais. Nesse contexto, o direito à alimentação adequada é afirmado como direito humano fundamental, vinculado à dignidade humana e à garantia de condições materiais e culturais de existência. Assim, iniciativas relacionadas ao cultivo, preparo e circulação de alimentos em comunidades quilombolas ultrapassam a dimensão produtiva, constituindo práticas associadas à efetivação de direitos, à autonomia coletiva e à manutenção dos modos de vida tradicionais (Brasil, 2024).

Nessa perspectiva, a alimentação pode ser compreendida também como expressão de saberes corporais e cosmológicos herdados das matrizes africanas. Como destaca Raquel Barreto (2019), há outras histórias possíveis

de narrar sobre corpos negros que não se restringem às experiências de privação, mas evidenciam protagonismo e produção de conhecimento. Os africanos trazidos ao Novo Mundo carregavam cosmovisões que não separavam corpo e razão, reconhecendo uma inteligência corporal inscrita nos movimentos, nos gestos e nas memórias. Nesse sentido, o fazer culinário quilombola pode ser entendido como prática em que o corpo atua como território de transmissão de saberes ancestrais, atualizando memórias coletivas por meio do preparo dos alimentos, do modo de manusear a comida, das formas de partilha e das práticas comunitárias de cuidado.

Com base nas análises de Rosana Salles-Costa, a insegurança alimentar no Brasil passou a ser mensurada sistematicamente por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada em 2004, instrumento que evidencia como o acesso à alimentação está profundamente atravessado pelas desigualdades sociais estruturais. Historicamente, o país apresenta índices elevados de insegurança alimentar, situação agravada durante a pandemia de Covid-19, embora os dados do período pré-pandêmico já apontassem níveis alarmantes, especialmente em domicílios chefiados por mulheres negras, revelando a intersecção entre raça, gênero e classe como categorias estruturantes da fome no Brasil (Salles-Costa, 2022).

Nesse contexto, observa-se que, diante das vulnerabilidades sociais, as mulheres da Comunidade Quilombola dos Arturos mobilizam estratégias coletivas de enfrentamento baseadas na leitura das demandas do território e na formação comunitária voltada à autonomia alimentar. Embora os processos decisórios no quilombo sejam construídos de forma coletiva, com a participação de homens e mulheres, destaca-se a presença ativa das mulheres na condução das práticas comunitárias, culturais e produtivas. Assim, a participação das mulheres na organização cotidiana do quilombo constitui elemento fundamental para compreender a soberania alimentar enquanto prática social, educativa e comunitária.

Somado a isso, conforme apontam Belchior e Moreira (2022), organizações do movimento negro brasileiro denunciam há décadas as condições desiguais impostas à população negra, evidenciando que o Estado brasileiro historicamente negou o reconhecimento pleno da humanidade das populações não brancas. Nesse sentido, os quilombos desenvolveram tecnologias sociais e agrícolas centenárias que ultrapassam a simples produção de alimentos, estruturando-se a partir do princípio da coletividade, no qual a terra e o alimento são compreendidos como bens comuns e não como propriedade individual ou objeto exclusivo da tutela estatal.

Tal perspectiva dialoga com as reflexões de Lélia Gonzalez, ao destacar

o papel central das mulheres na formação das religiões afro-brasileiras e em diversos setores da cultura negra, evidenciando a centralidade feminina nos processos de transmissão cultural e organização comunitária. Nessa direção, conforme argumenta Raquel Barreto (2019), outras narrativas sobre corpos negros tornam-se possíveis quando se desloca o olhar das privações para o protagonismo histórico, reconhecendo que os africanos trazidos ao Novo Mundo possuíam cosmovisões que não separavam corpo e razão, diferentemente da lógica ocidental-cristã. Nessas matrizes culturais, o corpo constitui lugar de inteligência, memória e conhecimento, dimensão fundamental para compreender práticas como cozinhar, alimentar e partilhar como atos permeados de tradição e não apenas funcionais.

Ao refletir sobre a experiência da fome e da precariedade urbana, Carolina Maria de Jesus (1960, p. 10) afirma que *atualmente somos escravos do custo de vida*, expressão que revela a permanência histórica das desigualdades alimentares no Brasil. Em contraposição a essa lógica, o fomento à produção alimentar nos quilombos, seja por meio da preparação dos quitutes tradicionais, seja pelo cultivo coletivo, constitui prática concreta de autonomia e soberania alimentar. Nos Arturos, os momentos de preparo e partilha da comida envolvem cantos de agradecimento às cozinheiras, evocação de ancestrais e referências simbólicas, como a memória de São Benedito, configurando experiências que fortalecem simultaneamente a segurança alimentar e a reafirmação identitária por meio de trocas sociais situadas (Ilepha, 2024). Assim, alimentar-se no quilombo não representa apenas suprimimento biológico, mas um processo de troca coletiva e continuidade histórica.

4. Projeto Cozinha Escola Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo

A gastronomia tradicional constitui-se como um importante patrimônio imaterial de comunidades tradicionais, representando práticas culturais que atravessam gerações e estão profundamente enraizadas na relação entre território, memória, natureza e identidade coletiva. No contexto da Comunidade Quilombola dos Arturos, localizada no bairro Jardim Vera Cruz II, no município de Contagem/MG, a culinária assume um papel central na preservação da história e dos modos de vida desse grupo étnico-racial, diante dos desafios impostos pelo racismo estrutural, pela insegurança alimentar e pelos impactos da globalização alimentar.

Surge, então, elaborado pela própria comunidade, o projeto *Cozinha Escola*

*Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo*⁷, que tem como enfoque fomentar a cultura culinária por meio das mestras do saber, propondo:

Essas atividades compreenderão tanto a apresentação de novas receitas, como o biscoito “Caxambu”, que foi desenvolvido recentemente pelas mestras, em que na sua base está a utilização de fubá e erva doce, bem como o resgate de receitas muito utilizadas no passado pelas ancestrais de Arturos, como o licor de licuri, o cubu e corre corre. Assim serão apresentadas as mais variadas receitas para a difusão e fortalecimento da identidade desta comunidade (Irmandade, 2025, p.6).

Destaca-se, nesse contexto, o protagonismo feminino negro:

Todavia, em se tratando de territórios tradicionalmente ocupados, que é o caso dos Arturos, também ganha merecido destaque as mulheres deste território por exercerem papel de extrema importância, pois são elas umas das grandes responsáveis pela reprodução cultural, social e econômica; pela transmissão de saberes, cultura e história; pela preservação das memórias afetivas e coletivas que são repassados aos mais jovens, por meio das expressões culturais religiosas e sagradas, das narrativas, das oralidades, do cuidado com os animais, da proteção e preservação das terras por meio do cultivo da roça, dos seus recursos naturais, da agricultura, da gastronomia, das plantações de hortas comunitárias e de ervas medicinais; da identidade e fomentam a qualidade de vida e bem estar (Irmandade, 2025. p. 7).

Dessa forma, compreende-se que conhecer a gastronomia de um determinado lugar equivale a valorizar a cultura de um povo. O incentivo a iniciativas como essa é fundamental, pois é necessário que aqueles que detêm espaços de privilégio os utilizem para abrir oportunidades a grupos historicamente marginalizados, considerando que tais privilégios foram construídos sobre bases de exclusão e discriminação dessas populações, conforme argumenta Djamilia Ribeiro (2018). Além disso, trabalhos voltados à geração de emprego e renda são essenciais, uma vez que *as mulheres brancas ganham até 30% menos do que os homens brancos na mesma função; negras, até 70%. Somos todas minoria nos espaços de poder* (Ribeiro, 2018, p. 55).

O projeto tem como um de seus eixos centrais o reconhecimento das mulheres do território como guardiãs de saberes ancestrais que se expressam, sobretudo, por meio da culinária. Mais do que preparar alimentos,

⁷ Evaristo, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

essas mulheres protagonizam práticas educativas que atravessam gerações, fortalecem a memória coletiva e sustentam modos de vida baseados na partilha e na solidariedade. A transmissão dos conhecimentos culinários ocorre de forma situada, no cotidiano das cozinhas e dos encontros familiares, em que as mais velhas ensinam às mais novas não apenas receitas, mas também histórias, valores e formas de resistência. Destaca-se a abordagem da aprendizagem situada proposta por Jean Lave e Etienne Wenger (1991)⁸, na qual esse processo formativo se dá em contextos vivos, por meio da participação ativa em práticas culturais significativas, nas quais cozinhar também significa compartilhar saberes e afirmar identidades em que esse processo formativo se dá em contextos vivos, através da participação ativa em práticas culturais significativas, nas quais cozinhar é também compartilhar saberes e afirmar identidades.

Desse modo, a culinária configura-se como espaço de formação, construção de pertencimento e fortalecimento dos laços comunitários, sendo, portanto, fundamental para a sustentabilidade e a continuidade da própria comunidade. A gastronomia tradicional deve ser compreendida, nesse contexto, como um saber ancestral em constante movimento e recriação. Conforme destaca Henrique Cunha Júnior (2010), os conhecimentos tecnológicos sempre circularam amplamente pelo continente africano, transmutando-se também para outras culturas, especialmente a brasileira.

As Mestras do Saber - Matrilinearidade

Dentro da Comunidade Quilombola dos Arturos, a tradição de mulheres representando a comunidade é antiga, tendo em vista que *com o casamento dos filhos, a morte de Arthur Camilo (1956) e a posterior morte de Dona Carmela (1982), a casa-mãe passou a ser administrada pelas irmãs solteiras Maria do Rosário e Isaíra* (Sábará, 1997, p. 146). Observa-se, assim, a presença das mulheres como representantes de núcleos familiares.

Todavia, a comunidade organiza-se a partir de seu próprio calendário anual, a fim de realizar as festividades que ocorrem ao longo dos meses; em todos esses momentos, a alimentação ocupa papel central.

[A culinária] significa que é uma tradição nossa da irmandade, da Comunidade, porque a gente vem, assim, aprendeu com nossa tia. Eu, principalmente, aprendi tudo com minha tia que já faleceu. E é bom, porque é a cultura, né, nossa e isso

8 Contagem é um município localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil.

é uma diversão que a gente tem também. (...) a lembrança que eu tinha é que minha tia, que é falecida, como a sogra dela também, faleceu há pouco tempo, a minha mãe, minhas outras tias, minha tia Conceição, a gente vinha pra ajudar, tinha novena, (...), na casa da minha avó. E fazia os doces também, ajudava eles a fazê, que tinha, que criança num sabe muita coisa, mas elas tava ali ensinando a gente, tinha um doce de mamão que era enrolado, enroladinho, costurado, elas ensinava a gente a fazê, depois da novena a gente ia enrolando os docinho, ia fazendo, ia cortando as bandeirinha, isso tudo à noite antes da festa. Relato de Lia. (IEPHA, 2014).

○ relato descreve uma continuidade no processo formativo do conhecimento transmitido entre as gerações de mulheres do quilombo. Fernanda de Oliveira (2018) destaca a importância de compreender as raízes históricas oriundas das culturas africanas, reconhecendo-as como parte essencial da construção identitária não apenas para aqueles que permanecem no continente africano, mas também para os descendentes da diáspora. Ter raízes no continente africano envolve tanto os que vivem na África quanto os que, dispersos pelo mundo, buscam nesse território a origem de uma identidade fundamentada em uma unidade cultural africana. Uma das bases dessa unidade é a organização matrilinear presente em muitas sociedades africanas, nas quais se tornam saberes herdados por meio das mulheres, sustentando não apenas os laços familiares, mas também a memória e a resistência cultural de seus povos. Essas vertentes de estudo são importantes para a compreensão dessas influências em espaços diaspóricos, como a Comunidade Quilombola dos Arturos.

A autora desenvolve uma discussão precisa sobre o conceito de matrilinearidade, compreendido como um princípio de filiação em que a pertença a um grupo de parentesco é determinada pela linha materna. Do ponto de vista antropológico, a matrilinearidade não implica a superioridade da mulher sobre o homem, mas sim uma distribuição equilibrada de responsabilidades, privilégios e poder entre os gêneros. Em sua análise, que parte de uma abordagem afrocentrada⁹, a autora dialoga com as concepções de Elisa Larkin Nascimento, que ressaltam a necessidade de uma análise interna das culturas africanas e afro-diaspóricas, afastada de perspectivas etnocêntricas europeias:

○ segundo fator a perpetuar a imagem do africano como

9 A historiadora Maria Beatriz Nascimento desenvolveu pesquisa sobre quilombos em Minas Gerais a partir da identificação de localidades mencionadas em fontes históricas como antigos territórios quilombolas, entre elas Carmo da Mata, Alagoa e a Comarca do Rio das Mortes. O estudo contou com financiamento da Fundação Ford, prática comum em pesquisas acadêmicas do período, tendo como assistente a antropóloga Marlene de Oliveira Cunha (Barreto, 2020).

atrasado diz respeito à certa fascinação pelo exótico dos estudiosos europeus, sobretudo os antropólogos. O enfoque antropológico, que em suas mais nobres expressões tenta respeitar o meio cultural estudado, detinha-se geralmente em uma visão estática, localizando um grupo em uma conjuntura e fixando-o como se estivesse preso para sempre àquela condição. Esse enfoque, além de realçar o primitivo, obscurece os processos de fluxo e mudança que sempre caracterizaram a história africana. Falo de uma movimentação constante em busca de novos espaços, rotas comerciais, intercâmbio e comunicação internacional. A África nunca se reduziu a um viveiro de povos isolados, perdidos na selva e ocupados com a pesca e a caça, imagem que certa linha de pesquisa na antropologia ajudou a reforçar (Nascimento, 2018, p.45).

Com isso, utilizam-se também as contribuições do intelectual pan-africanista¹⁰ Cheikh Anta Diop, que, a partir de uma abordagem de macro-história, examina grandes reinos e impérios africanos para sustentar a presença de características matrilineares e a atuação política e econômica de rainhas em civilizações como a egípcia e a kushita. Para o autor, o matriarcado relaciona-se à filiação matrilinear, concebido como um sistema de cooperação e equilíbrio entre os gêneros, com certa centralidade atribuída à figura feminina (Oliveira, 2018).

A intelectual moçambicana Isabel Casimiro, ao analisar a sociedade matrilinear Makhuwa, no norte de Moçambique, destaca que, a partir das décadas de 1980 e 1990, impulsionadas pelos estudos feministas, as sociedades de filiação matrilinear passaram a receber maior atenção analítica no continente africano, movimento que também se estendeu à Ásia, com pesquisas sobre a sociedade Minangkabau. Essas análises evidenciam a dimensão emancipatória das formas institucionais organizadas por mulheres, caracterizadas por práticas que ampliam o acesso e o controle de recursos, fortalecem o reconhecimento social e favorecem o surgimento de lideranças femininas.

Já a intelectual nigeriana Ifi Amadiume problematiza o uso de categorias europeias para interpretar culturas africanas, ressaltando que os valores morais e as formas de organização social são inseparáveis das condições materiais de existência. No âmbito da matrilinearidade, o matricentrismo não implica ausência de poder político masculino, mas uma estrutura social

10 O projeto foi desenvolvido com o apoio da deputada estadual Andreia de Jesus (PT), que esteve presente na Comunidade Quilombola dos Arturos, em Contagem (MG), para a entrega oficial da Cozinha Escola de Gastronomia Arturos – Sabores das Memórias Quilombolas. A elaboração da proposta foi realizada pelo setor de projetos da própria comunidade, reafirmando a autonomia e o protagonismo do quilombo na construção de ações voltadas à valorização de sua cultura e identidade.

que ultrapassa o espaço doméstico e envolve a atuação feminina nas esferas política e jurídica, configurando a matrilinearidade como eixo estruturante do poder feminino.

Em sintonia com essa perspectiva, a autora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí recorre à análise linguística para refletir sobre a construção de gênero na cultura iorubá, evidenciando como categorias ocidentais de gênero nem sempre correspondem às formas de organização social africanas, reforçando a necessidade de interpretações contextualizadas e decoloniais.

O idioma iorubá é isento em relação ao gênero, o que significa que muitas categorias aceitas em inglês estão ausentes. Não há palavras com especificidades de gênero denotando filho, filha, irmão ou irmã. Os nomes iorubás não têm especificidade de gênero; nem *ọkọ* e *aya* – duas categorias traduzidas como marido e esposa em inglês, respectivamente (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 85).

Todavia, resgatar práticas e saberes silenciados pelo colonialismo é essencial para a preservação das origens e a valorização das epistemologias negras. Nesse sentido, Djamila Ribeiro (2018), enfatiza a importância de construir espaços sólidos e acolhedores para as mulheres negras, reconhecendo que não se pode perder de vista a perspectiva histórica: muitas mulheres abriram caminhos para que as atuais gerações possam ocupar espaços de fala e de poder. A autora ressalta que a dimensão da coletividade foi decisiva em sua trajetória e em sua atuação política. Nesse processo, Ribeiro destaca o papel de Sueli Carneiro, que não apenas lhe abriu as portas para o estudo da filosofia, mas também lhe ofereceu fundamentos epistemológicos para questionar e enfrentar o eurocentrismo.

Na construção de uma perspectiva apartada da colonialidade, a intelectual Chimamanda Ngozi Adichie desenvolve a discussão sobre o perigo da *história única*, alertando que o poder reside não apenas em contar a história de outra pessoa, mas em fazer com que essa narrativa se torne definitiva. Assim, ao adotar abordagens decoloniais, compreende-se que não existem narrativas homogêneas ou uníssonas; ao contrário, há múltiplas representações e experiências atravessadas por relações estruturais de poder. Nesse sentido, a análise matrilinear pode assumir configurações distintas em diversas sociedades africanas e também em espaços afro-diaspóricos, como a Comunidade Quilombola dos Arturos.

A matrilinearidade manifesta-se de forma recorrente na comunidade e, nos encontros e trocas, essa perspectiva se destaca de maneira significativa. Muitos relatos evidenciam a força da representatividade feminina, transmitida

principalmente pela oralidade. Conforme aponta Fonseca (2016), diversos teóricos africanos consideram a oralidade uma das marcas centrais das culturas africanas, assumida também pelas literaturas africanas como processo de afirmação identitária e de resistência cultural. Assim, nas falas compartilhadas, observa-se a centralidade da presença feminina, expressa tanto na transmissão de saberes quanto na preservação da memória coletiva:

E eu sempre senti muito forte a presença da mulher, tanto no fato das lideranças femininas, porque depois que a Carmelinda morre, eu percebia o matriarcado e a liderança muito forte da Induka. A Induka ainda chamava a atenção dos irmãos, não deixava acontecer nada errado na comunidade, qualquer coisa errada que ela via, ela nos dava direcionamento. Ponha “sentido” nas nossas ações. Então, muitas vezes o Congado ia cumprimentar ela aqui na porta, ela olhava para ver se o toque do tambor estava certo, se a dança estava certa, e se não tivesse, ela avisava. Então, ela sempre estava atenta a essas coisas, e a gente mantém também essa atenção, porque a gente percebe quando acontece qualquer erro, alguma coisa errada, a gente também percebe. E as capitãs também do Congado, muito forte, as meninas do Congo, o tempo todo elas estão ajudando também na cozinha, onde tem que ajudar há presença das mulheres para manter a tradição construída com os patriarcas e matriarcas dos Arturos (IEPHA, 2024).

Tal perspectiva é evidenciada, por exemplo, na entrevista realizada para a Revalidação do Registro de Patrimônio Cultural com Maria Goreth, Rainha da Estrela Guia do Reinado e membra da comunidade há cerca de trinta anos, cujos relatos reafirmam a importância das mulheres na manutenção das tradições e na continuidade da memória ancestral.

A aplicação do saber e os processos educativos dentro do projeto

O projeto Cozinha Escola Gastronômica dos Saberes e Memórias Quilombolas tem como objetivo promover o intercâmbio de saberes entre as mestras de cultura da comunidade. As atividades são conduzidas em parceria com a mestra Kelma Zenaide, quilombola e pesquisadora da culinária afro-brasileira. Profissional da gastronomia, Kelma é reconhecida por sua atuação na iniciativa Kitutu Gastronomia Afro-Brasileira, na qual desenvolve uma cozinha afetiva que incorpora referências africanas, indígenas e afro-mineiras, valorizando as múltiplas raízes culturais da população negra no Brasil.

As imagens acima registram momentos de um dos encontros das oficinas, cujo prato principal foi o xinxim de galinha. Essa iguaria afro-brasileira é tradicionalmente oferecida a Oxum, orixá associada à beleza, ao amor

e à fertilidade, nos rituais do candomblé e da umbanda. A receita clássica combina frango, azeite de dendê, castanha-de-caju, amendoim e uma variedade de temperos, tendo como diferencial o leite de coco, que confere sabor e cremosidade característicos.

Durante toda a tarde, ocorreram intensas trocas de saberes sobre o modo de preparo do prato. A mestra Kelma destacou a importância de preservar os modos tradicionais de medição, evitando o uso de instrumentos padronizados, como balanças e medidores culinários. Em seu lugar, utilizam-se referências transmitidas oralmente, como *uma colher* ou *a quantidade que os olhos reconhecem*, conforme ensinamentos passados de geração em geração. Tais práticas evidenciam a ancestralidade africana presente nos saberes culinários e na forma de se relacionar com o alimento, tal como foi transmitido entre as mestras da comunidade.



Figura 3: Oficina do dia 23/07/2025. Fonte: Acervo da Comunidade.



Figura 4: Mestras do saber reunidas após a oficina. Fonte: Acervo da comunidade. 23/07/2025.

Esse saber das mestras é transmitido cotidianamente no interior da comunidade. Durante todas as festividades anuais em referência à Nossa Senhora do Rosário, quando as guardas de Congo e Moçambique¹¹ de diversas regiões de Belo Horizonte e da Região Metropolitana participam, a cozinha torna-se um espaço central e de destino frequente:

Cada guarda se posiciona em frente às cozinheiras, munidas de enormes panelas de comida em quantidade, e as agradecem com cantos e bênçãos. “Agradeço a cozinheira que fez a comida com alegria, essa comida é a igual à que São Benedito fazia”, entoam. Ao final das visitas, o cortejo se desfaz e somos direcionados para o café. O café é marcado pelas quitandas das mulheres da comunidade, com biscoitos diversos que foram preparados desde quarta-feira na comunidade. As cozinheiras são mulheres da comunidade que preparam cuidadosamente o farto almoço para as muitas guardas que a comunidade recebe no domingo (IEPHA, 2014).

Ana Oliveira, mestra em literatura e cultura, ao analisar a obra Ponciá Vivêncio¹² de Conceição Evaristo:

Esta forma de matrilinearidade acentua a busca e conquista da autonomia feminina, repassando este conceito através

¹¹ O panafricanismo é um movimento que busca a união e valorização dos povos africanos e da diáspora, promovendo solidariedade, resistência ao colonialismo e fortalecimento da identidade negra. (Santana, 2016).

¹² Trecho presente no dossiê de tombamento com base na tese O Drama de um Campesinato Negro no Brasil de Romeu Sabará - 1997.

dos ensinamentos ancestrais. Observa-se na narrativa de Evaristo que esta autonomia é fortalecida no ambiente privado da família e repassada para as mulheres mais novas, como na relação de Ponciá e sua mãe, o que resulta num posicionamento transgressor dessas mulheres em sua atuação social (Oliveira, 2015, p.35).

O romance evidencia uma forma de matrilinearidade que acentua a busca e a conquista da autonomia feminina, transmitindo esse conceito por meio de ensinamentos ancestrais. Na narrativa de Conceição Evaristo, observa-se que essa autonomia é fortalecida no ambiente familiar e repassada às mulheres mais jovens, como na relação entre Ponciá e sua mãe. Essa transmissão resulta em um posicionamento transgressor dessas mulheres em sua atuação social. Posições análogas podem ser identificadas nos relatos das mestras do saber da Comunidade dos Arturos, que realizam trocas por meio de conhecimentos ancestrais. Nesse contexto, a cozinha configura-se não apenas como um espaço de sociabilidade, mas também como um território de reafirmação identitária das mulheres negras.

Considerações finais

É possível afirmar que a Comunidade Quilombola dos Arturos exemplifica a centralidade feminina e a matrilinearidade na preservação e na transmissão de saberes ancestrais afro-brasileiros. Por meio da oralidade, das práticas culturais e da liderança das mulheres, observa-se como conhecimentos sobre culinária, festividades religiosas, cuidado com o território e memória coletiva são incorporados e repassados entre gerações, garantindo a continuidade da identidade cultural da comunidade. O projeto Cozinha Escola Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo evidencia que esses espaços de aprendizagem situada fortalecem valores, modos de vida e formas de resistência diante das desigualdades estruturais. A análise da matrilinearidade revela que a presença feminina vai além do âmbito doméstico, configurando-se como eixo estruturante da organização social e simbólica, em consonância com tradições africanas e perspectivas decoloniais.

No entanto, apesar da frequência e da relevância dessas práticas nos quilombos, observa-se que a liderança feminina e a matrilinearidade ainda são pouco abordadas na literatura acadêmica, permanecendo sub-representadas em estudos sobre organização social, cultura e memória nas comunidades negras. Reconhecer e investigar essas dimensões é fundamental para ressignificar a história da diáspora africana, valorizar a africanidade e compreender como a liderança das mulheres contribui para a

preservação cultural, o fortalecimento da identidade e a promoção de formas de resistência. Assim, abrir caminhos para pesquisas centradas na ação e no protagonismo das mulheres em quilombos é um passo necessário para ampliar a produção de conhecimento sobre práticas historicamente invisibilizadas.

Salienta-se a importância de projetos como o Cozinha Escola Gastronômica Saberes e Memórias do Quilombo, fundamentais para a preservação da cultura quilombola. Destaca-se que o projeto foi elaborado pela própria comunidade, evidenciando que a construção coletiva e o acesso à educação são essenciais para a promoção da autonomia local. Ao acompanhar o desenvolvimento do projeto, tornou-se evidente que a comunidade se engaja em diversas outras iniciativas, com destaque para o protagonismo das mulheres na condução das oficinas e na implementação de ações culturais e educativas. Reconhecer o protagonismo feminino nos quilombos é reconhecer a própria continuidade da memória afro-brasileira.

Referências

BARRETO, Raquel. Quilombo, palavra que significa união. **Revista Pernambuco**, Recife, 2020. Disponível em: <https://pernambucorevista.com.br/acervo/artigos/2409-quilombo,-palavra-que-significa-uni%C3%A3o.html>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BARRETO, Raquel. Representatividade e racismo: incursões sobre imagens de peles negras. **Revista Pernambuco**, Recife, 8 jul. 2019. Disponível em: Acesso em: 19 fev. 2026. <https://pernambucorevista.com.br/acervo/artigos/2312-representatividade-e-racismo-incurs%C3%B5es-sobre-imagens-de-peles-negras.html>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BELCHIOR, Douglas; MOREIRA, Adriana. O maior espetáculo do pobre da atualidade é comer. In: Campello, Tereza; Bortoletto, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diretrizes para o atendimento de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em programas de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, 2024. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Acesso_a_Alimentos_e_a_Agua/Articulacao_de_Politicas_Publicas_de_SAN_para_Povos_e_Comunidades_Tradicionais/Arquivos/Cartilha_Diretrizes.pdf. Acesso em: 18 de fev. 2026.

CEASAMINAS. **Comunidade Quilombola dos Arturos vai começar a comercializar na CeasaMinas**. Contagem, 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.ceasaminas.com.br/noticiageral.asp?codigonoticia=5543>. Acesso em: 19 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura e oralidade africanas: mediações. **Revista Mulemba**, v. 14, n. 2, p. 12-23, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/mulemba/article/view/5327>. Acesso 13 de ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico E Artístico De Minas Gerais – IEPHA/MG. **Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos Contagem/MG**. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/14-comunidade-dos-arturos>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico E Artístico De Minas Gerais – IEPHA/MG. **Dossiê de Revalidação do Registro da Comunidade dos Arturos Contagem/MG, 2024**. Belo Horizonte: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/14-comunidade-dos-arturos>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário Da Comunidade Quilombola Dos Arturos. **Projeto Cozinha Escola de Gastronomia Arturos: Sabores das memórias quilombolas**. [S.l.]: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade Quilombola dos Arturos, 2025.

JESUS, Carolina Maria de (1960). **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 6. ed. São Paulo: Francisco Alves.

JUNIOR, Henrique Cunha. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A matriz africana no mundo**. Rio de Janeiro: Editora Selo Negro, 2008.

NORONHA, Vânia. **Rastros de África no Brasil**: práticas educativas no Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli. **O matriarcado e o lugar social da mulher em África: uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos**. 2018.

ODEERE: **Revista Internacional de Relações Étnicas**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 316–339, 2018. DOI: 10.22481/odeere.v3i6.4424. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/4424>. Acesso em: 23 jul. 2025.

OLIVEIRA, Ana Ximenes Gomes de. Fêmea-matriz: a maternidade em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. 2015. 123 f. **Dissertação** (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9309>. Acesso em: 23 jun. 2025.

Prefeitura de Contagem. **Produtores da Comunidade dos Arturos são reconhecidos pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Contagem, 2024. Disponível em: <https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/80475/produtores-da-comunidade-dos-arturos-sao-reconhecidos-pelo-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>. Acesso em: 19 fev. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3–15, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 19 fev. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Luciano Duarte; SGUERRA MISKULIN, Rosana Giarretta. Conceito de Comunidade de Prática: um olhar para as pesquisas na área da Educação e Ensino no Brasil. **Revista de Educação Matemática**, [s. l.], v. 14, n. 16, p. 16–33, 2017. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/290>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SALLES-COSTA, Rosana. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

SANTANA BARBOSA, M. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. *Carta Internacional*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 144–162, 2016. DOI: 10.21530/ci.v11n1.2016.347. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/347>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SOUZA, C. G. de; RIBEIRO, D. de A. Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes. **Revista de Alimentação e Cultura das Américas**, jan./jul., 2023, 4(1): 89 –104. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br/index.php/raca/article/view/148>. Acesso em: 24. jul. 2025.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j//a/NtsgyP5DLx9P867hBBhv3xh/?lang=pt>. Acesso em: 29 fev. 2023.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007. Adriana Amaral, 2010.

Recebido em setembro de 2025.

Aceito em maio de 2026.